

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



FINANCIAMENTO DE EMPRESAS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Autor(res)

Narda Roberta Da Silva

Áldrim Alberth Rodrigues Silva

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

. Por si só, o processo de recuperação judicial no Brasil demonstra a fragilidade da empresa que se submete a este instituto. Sendo assim, as entidades que viabilizariam crédito para gerar folego à empresa que visa sua recuperação, tendem a se escusar, já que falta garantia de pagamento, sendo assim um enorme risco.

No entanto, uma empresa para se recuperar e seguir seu fluxo, necessita de liquidez para “sobreviver”, isto é, arcar com as demandas de sua atividade e até mesmo investimentos que capacitem sua recuperação. Nesta mesma linha, a continuidade da empresa, além de um princípio do âmbito empresarial, está diretamente ligada ao interesse público (que também representa um princípio, por sua vez, da administração pública), já que é fundamental para o crescimento econômico do país, tendo como um dos seus vieses a geração de empregos.

Objetivo

Esclarecer as dificuldades das empresas brasileiras em conseguir crédito para financiar sua permanência no mercado;
Demonstrar a importância do financiamento para a reabilitação das empresas em recuperação judicial;
Propor soluções realizadas por meio de análises para aumentar as possibilidades da conquista de capital.

Material e Métodos

A metodologia aplicada será a revisão de literatura, vez que serão abordados assuntos correlacionados ao tema, apreciando a dedução e a comparação. Sendo assim, a pesquisa será qualitativa e descritiva, com suas fontes secundárias, sendo utilizados como base: livros, artigos, leis, etc.

Foram utilizados livros, artigos, conteúdo digital, apreciação de profissionais, materiais de estudo, videos a

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



respeito do tema.

Resultados e Discussão

Para compreender como a Recuperação Judicial funciona e como atuar perante suas fragilidades se fez necessário compreender que nem todas as Instituições de cunho organizacional e econômico podem ser abarcadas pelo instituto da RJ, sendo elencado também, pelo olhar da legislação e da doutrina o significado de empresa e os princípios que as compõem, sem deixar de fora o motivo que leva uma empresa a pedir RJ, qual seja a crise. Assim, o conhecimento das crises, conforme elenca Tomazette, é fundamental para entender a razão de uma empresa se encontrar em situação tão delicada, ou seja, entender o problema é essencial para repará-lo.

Conclusão

nota-se que com a aproximação do Estado, visando investir na lacuna discutida, qual seja a dificuldade da empresa em Recuperação Judicial em conseguir crédito, a viabilidade se faz maior e os benefícios se mostram possíveis para ambas as partes, tanto empresa, quanto para o Estado.

Referências

- TEIXEIRA, Pedro Freitas. O [des]estímulo ao financiamento dos devedores em recuperação judicial e seus efeitos para o soerguimento da atividade empresarial. 2022. 439 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- STOPATTO, Mauro. Análise de investimentos e fontes de financiamento. Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.
- Diferenças Entre O Instituto Da Concordata E Da Recuperação Judicial. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferencas-entre-o-instituto-da-concordatae-da-recuperacao-judicial/137611655>>, Acesso em 23 nov. 2023.
- Aspectos históricos da recuperação judicial no Brasil, Disponível em:
- TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial (Falência e Recuperação de Empresas). 2018. 619 f. (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade Anhanguera, Belo Horizonte, 2023.